



A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL NA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E NAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS: O CASO DA LOCALIDADE TURÍSTICA DE CATAS ALTAS/MG

THE INFLUENCE OF MUNICIPAL PLANNING ON SPACE REORGANIZATION AND SOCIOECONOMICA ACTIVITIES: THE CASE OS TURISTICAL LOCALITY CATAS ALTAS/MG

LA INFLUENCIA DE LA PLANIFICACIÓN MUNICIPAL EN LA REORGANIZACIÓN DEL ESPACIO URBANO Y EN LAS ACTIVIDADES SOCIOECNÓMICAS: EL CASO DE LA LOCALIDAD TURÍSTICA DE CATAS ALTAS/MG

Mariana Pereira Chaves Pimentel

marianachaves82@yahoo.com.br

UFJF

Thiago Duarte Pimentel

thiago.pimentel@ufjf.edu.br

UFLA/UFJF

A INFLUÊNCIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL NA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E NAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS: O CASO DA LOCALIDADE TURÍSTICA DE CATAS ALTAS/MG

Resumo

Buscou-se analisar neste artigo as diretrizes da gestão pública municipal para o ordenamento do território através do Plano Diretor, e relacionar as alterações no espaço dirigidas pelo plano com a percepção dos habitantes locais. Realizou-se, então, uma revisão teórica sobre administração pública e espaço urbano. Empiricamente, efetuou-se um estudo de caso na cidade turística de Catas Altas/MG, por meio de uma pesquisa qualitativa, complementada com a coleta de dados secundários. Foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas, com uma amostra intencional e não-probabilística, com atores representativos da comunidade segundo o método bola-de-neve. Os resultados evidenciaram que a regulamentação e redirecionamento das atividades socioeconômicas municipais, oportunizadas pelo Plano Diretor, especificamente no tocante ao turismo, ainda não foram suficientes para colocar esta atividade como hegemônica, embora ela já seja percebida como expressiva por parte dos residentes, que a apoiam, pois vêem nela uma alternativa de complemento da renda familiar.

Palavras-chave

Nova gestão pública; plano diretor; organização do espaço; turismo; percepção população.

Abstract

In this paper we have investigated the directions chosen by the public major management taken by the master plan in a small touristic village called Catas Altas/MG. These directions were related to the changes in village's urban space and the people's sense making. Empirically, it had conducted a case study which were completed by secondary data. It had made 30 semi-structured interviews with residents, compounding an intentionally and non-probabilistic sample guided by the snow-ball method. The results showed that regulation and reorientation of social and economic municipal activities, guided by master plan, specifically related to tourism, not yet have been enough to dislocate the hegemonic forces from traditional to new touristic activities. Although, these activities are already realized by the residents like expressive ones, and they support them because they see in this an opportunity to get some economic complementary benefits.

Keywords

New public management; master plan; space organization; tourism; people's sense making.

Resumen

Em este artículo hemos tratado de analizar las directrices de La administración pública municipal para da ordenación Del territorio a través del plan director y relacionar los cambios en el espacio dirigido por el plan con la percepción de población local. Se llevó a cabo una revisión teórica de administración pública y espacio urbano. Empiricamente se realizó un estudio de caso en la ciudad turística de Catas Altas/MG (Brasil) por medio de una investigación cualitativa, complementada com recolección de datos secundários. Se llevó a cabo 30 entrevistas semi-estructuradas com una muestra intencional y no probabilístico, com actores que representam a la comunidad de acuerdo com el método "bola de nieve". Los resultados mostraron que la regulación y cambio de las actividades socioeconômicas municipales, proporcionadas por el plano director en turismo, no han sido suficientes para que esta actividad sea hegemônica, a pesar de que se percibe como significativa por los entrevistados, que apoyan porque lo perciben como una alternativa pata complementar el ingreso familiar.

Palabras-clave

Nova gestão pública; plano diretor; organização do espaço; turismo; percepção população.

Introdução

Este artigo possui um duplo objetivo: analisar como se apresentam as diretrizes da gestão pública municipal para o ordenamento do território através do Plano Diretor, e relacionar as alterações no espaço com a percepção dos habitantes locais, de modo a identificar como a (re)organização do espaço é percebida.

O impacto das transformações econômico-sociais mais recentes, derivadas do processo de globalização, acrescenta complexidade a um espaço tão variado como sempre foram as cidades. Dessa maneira, o impacto da globalização vem refletindo alterações na organização social urbana (MARTÍN, 1991). Sassen (1998) demonstra como as cidades se transformaram em espaços transnacionais. Estas cidades passaram a ter mais em comum com outras cidades do que com seus centros regionais. O impacto econômico dos processos globais transforma radicalmente a estrutura urbana e social das próprias cidades, impondo novos padrões de política e de gestão urbana.

Outros estudiosos, como Harvey (1993), acreditam que a globalização vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de setores e também de localidades. Assim, as identidades ligadas ao lugar tornam-se mais importantes em um mundo onde diminuem as barreiras espaciais para troca, o movimento e a comunicação.

Segundo Dias (2003), esse ambiente de mudanças econômicas e políticas que caracterizaram o último século mostrou-se favorável ao desenvolvimento da atividade turística, que vem se apresentando como um novo e relevante setor para a economia globalizada dos dias atuais. Advindas desse desenvolvimento, muitas transformações vêm sendo impressas nas cidades, modificando substancialmente desde a organização do espaço, até os costumes das comunidades receptoras.

Para Petrochi (1998), a incidência das atividades turísticas sobre o meio podem ser resumidas em três estados básicos que definem os níveis de impactos: indiferença, simbiose e conflito. Dos três o mais positivo é o estado de simbiose, no qual se estabelece uma relação mútua entre a atividade e o recurso no qual se desenvolvem ações de proteção, restauração e reabilitação, fruto basicamente de uma ampla conscientização e valorização do meio. O nível mais negativo e mais frequente é o de conflito, resultado de uma falta de sincronização entre a exploração do recurso e a capacidade de carga do meio.

Assim como já existe em várias cidades a preocupação com o planejamento urbano no sentido de estabelecer metas, parâmetros e diretrizes de uso, ocupação e distribuição da terra como um direito dos cidadãos, o planejamento turístico é fundamental para o estabelecimento de parâmetros responsáveis por garantir o bem-estar do meio em que se processa e da população envolvida. Este tipo de planejamento vem sendo visto, inclusive, como uma das saídas possíveis para as cidades contemporâneas, que precisam lidar cada vez mais com uma demanda crescente e mais diversificada de necessidades dos seus cidadãos e, ao mesmo tempo, com uma redução de recursos disponíveis para alocação nessas demandas.

Boa parte da literatura especializada em Turismo trata dos impactos da instalação desregulada da atividade turística, ou seja, sem planejamento (DIAS, 2003). Assim, o planejamento do turismo, apresenta-se como a forma preventiva ideal para a proteção dos meios visitados, conservando a natureza, preservando o patrimônio, proporcionando satisfação ao turista, sem agredir a integridade das comunidades receptoras. Vale saber então, se as ações para o

desenvolvimento turístico implementadas atingem esses objetivos e como elas têm sido percebidas pelos diversos atores envolvidos.

A importância requisitada por este estudo se deve à iniciativa de apresentar o desenvolvimento e, principalmente, a avaliação da iniciativa de aplicação das teorias à análise e interpretação dos impactos socioespaciais concretos do Turismo. Desta forma, a importância de realizar a pesquisa vem no sentido de contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento deste tema nas discussões realizadas sob o prisma das Ciências Sociais Aplicadas.

A despeito das mudanças impostas ao Plano Diretor municipal pelo Estatuto da Cidade, que o define como um instrumento de ordenamento das relações sociais sobre o território municipal, o Plano ainda é, na prática, elaborado a partir de uma visão reducionista e mais direcionado para o planejamento físico-territorial (REZENDE e ULTRAMARI, 2007). Ainda, mesmo sendo formulado com propósito participativo, o Plano Diretor constitui um documento técnico, elaborado por uma equipe de técnicos responsáveis. Assim sendo, a análise da percepção das ações de ordenamento físico-social do espaço pela comunidade local faz-se necessária para a compreensão dos impactos sócio-culturais do Plano sobre a população residente.

O presente artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção resgata-se brevemente o contexto da administração pública municipal no Brasil, com ênfase nos aspectos contemporâneos da nova gestão pública; e também do espaço urbano, com foco na sua vertente de análise social e no conceito de *espacialidade*. Na terceira seção, o percurso metodológico realizado neste estudo. Na quarta parte, são discutidos os processos de transformação do espaço urbano, estimulados pela gestão pública, e seus principais impactos sob a percepção da população residente. Por fim, na quinta seção, são tecidas algumas considerações a que este estudo permitiu chegar.

Novas políticas urbanas e reestruturação espacial

Administração pública municipal: instância de decisão

Nas últimas décadas, transformações econômicas e sociais trouxeram a reforma do Estado e de sua administração para o centro da agenda política de diversos países. Mudanças foram realizadas na forma de organizar o Estado a gerir a economia nacional. Historicamente voltada para as soluções técnicas, a administração enfatiza os aspectos instrumentais da gestão em detrimento dos sociopolíticos, focalizando a eficiência dos processos gerenciais e delegando a análise dos seus impactos para a ciência política. A administração de empresas assumiu uma posição hegemônica na produção do conhecimento administrativo, e a administração pública vem se mantendo subordinada aos seus princípios e recomendações (PAULA, 2005).

Em alguns países, durante boa parte do século XX, a busca de uma diferenciação entre a gestão empresarial e a pública esteve presente nos domínios acadêmicos e governamentais. Entretanto, a partir da década de 1970, a tentativa de adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público começou a se tornar preponderante, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos (PAULA, 2005). Esta visão alcançou o seu auge nos anos 1980 com a emergência da *new public management* ou nova administração pública. Pelo tratamento do provimento dos serviços públicos como um

negócio e pela inserção da lógica empresarial no setor público, a nova administração pública também ficou conhecida como administração pública gerencial.

Paula (2005) aponta duas correntes de pensamento que orientaram a constituição da nova administração pública: o pensamento neoliberal e a teoria da escolha pública. O pensamento político liberal está relacionado aos motivos que levaram os homens a atribuírem a um corpo neutro, o Estado, a incumbência de preservar a comunidade dos perigos e de proteger os seus direitos. Os princípios justificadores da fundação do Estado e o utilitarismo – o homem como agente autônomo, calculista e racional – permearam o pensamento liberal durante todo o século XVIII e marcam o início da discussão sobre a amplitude ideal do papel do Estado na sociedade e na economia. De acordo com a teoria clássica, as funções do Estado seriam três: manter a segurança interna e externa, garantir o cumprimento dos contratos e prestar serviços essenciais de utilidade pública.

Enquanto os neoliberais reforçavam suas visões sobre a eficiência do mercado em relação ao Estado, os teóricos da escolha pública elaboravam análises que sustentariam a crítica da burocracia do Estado. Esta teoria se caracteriza por aplicar princípios econômicos para explicar: a teoria do Estado, as regras eleitorais, o comportamento dos eleitores, os partidos políticos e a burocracia. Além de transferir princípios da econômica para o campo da política, a teoria da escolha pública partilha do postulado comportamental básico da economia neoclássica: o utilitarismo humano nas interações econômicas, sociais e políticas (PAULA, 2005). A autora considera que esta proposta oferece uma justificativa racional para a privatização dos serviços públicos e se junta com a argumentação neoliberal de que o provimento destes pelo mercado é mais eficiente e satisfatório.

Se valendo também dos pressupostos da racionalidade econômica para analisar o comportamento dos envolvidos nos processos decisórios, a autora apresenta a *agency theory* ou teoria da agência ou teoria do agente-principal. Segundo a teoria, nas empresas os interesses são mediados pelo contrato estabelecido entre os proprietários dos recursos econômicos (principais) e os gestores responsáveis pelo uso e controle destes recursos (agentes). A ideia é que ambos agem racionalmente para maximizar seus ganhos e reduzir conflitos ou perdas. No caso do setor público, a transferência de serviços para a iniciativa privada geraria a vantagem de estimular a ação racional e maximizadora, mas não resolve a assimetria entre agente e principal. Tal fato estimula a ação reguladora, fiscalizadora e controladora do Estado, de modo a garantir a transparência e a distribuição das informações.

A ascensão do Partido Conservador no Reino Unido foi fundamental para delinear as características da nova administração pública britânica, que é a base deste novo modelo gestão. As principais medidas do governo da ex-ministra Thatcher foram as soluções monetaristas, a abolição do controle dos comércios, a formação de conselhos de preços, a terceirização de serviços públicos, a inibição da atuação sindical e a extinção dos conselhos metropolitanos.

Bresser Pereira (1998) aponta como razão básica do crescente interesse pela reforma do Estado nos anos 90 reside no fato de que o ajuste estrutural não era suficiente para a retomada do crescimento. Desde os anos 80, países endividados adotaram medidas de ajuste fiscal, liberalização do comércio, privatização e desregulamentação. Os resultados não trouxeram o desejado crescimento. Outra razão deve-se ao fato de que as limitações da intervenção do Estado existem, mas o papel que as políticas públicas desempenham no capitalismo contemporâneo é tão grande que é irrealista propor que sejam substituídas pela

coordenação do mercado, nos termos sugeridos pelo pensamento liberal (BRESSER-PEREIRA, 2005). Ainda, o autor considera que se tornou evidente que a crise dos anos 1980 foi uma crise de Estado: uma crise fiscal do Estado, uma crise de intervenção estatal e uma crise pela forma burocrática pela qual o Estado é administrado.

Inspiradas nas reformas gerenciais que foram implementadas desde a década de 80 em certos países da OCDE, e particularmente na Grã-Bretanha, a reforma brasileira envolveu: a) a descentralização dos serviços sociais para estados e municípios; b) a delimitação mais precisa da área de atuação do Estado; c) a distinção entre as atividades do núcleo estratégico e de contratações externas; d) a separação entre a formulação de políticas e sua execução; e) maior autonomia para as atividades executivas exclusivas do Estado - "agências executivas"; f) maior autonomia ainda para os serviços sociais e científicos que o Estado presta - transferidos para "organizações sociais"; g) assegurar a responsabilização (*accountability*) através da administração por objetivos, da criação de quase-mercados, e de vários mecanismos de democracia direta ou de controle social, combinados com o aumento da transparência no serviço público (BRESSER-PEREIRA, 2000).

Para Paula (2005), todavia, a nova administração pública tende a manter a dicotomia entre a administração e a política, pois não transportou a dimensão sociopolítica do discurso para a prática. Para Paula, a implementação do modelo gerencialista de gestão pública não resultou em uma ruptura com a linha tecnocrática, além de continuar reproduzindo o autoritarismo e o patrimonialismo, pois o processo decisório continuou como um monopólio do núcleo estratégico do Estado e das instâncias executivas, e o ideal tecnocrático foi reconstituído pela nova política de recursos humanos. Por outro lado, a despeito do discurso participativo da nova administração pública, a estrutura e a dinâmica do Estado pós-reforma não garantiram uma inserção da sociedade civil nas decisões estratégicas e na formulação de políticas públicas. Assim, Paula (2005) constata também a emergência do novo consenso político, organizado em torno da vertente societal. Esta visão de gestão busca um novo modelo de desenvolvimento, a concepção participativa e deliberativa de democracia, a reivindicação político-institucional e a renovação do perfil dos administradores públicos.

Santos (2006), por sua vez, considera que sob a denominação "Estado" está emergindo uma nova forma de organização política mais ampla que o Estado: um conjunto híbrido de fluxos, organizações e redes nas quais se combinam e solapam elementos estatais e não estatais, nacionais e globais, e o Estado é o articulador deste conjunto, um componente do espaço público não estatal, o "Estado como novíssimo movimento social" (SANTOS, 2006, p. 49).

No Brasil, essa busca por uma maior democratização do Estado se situou no contexto de redemocratização nacional instaurado em 1988 pela *Constituição Cidadã* e revalorizado pelas reformas administrativas da década de 1990, principalmente pela política de descentralização político-administrativa. Nela "inovações democráticas" como conselhos municipais, Plano Diretor Municipal, entre outros, apresentaram-se como um instrumentos de planejamento e gestão de municípios e, que mais tarde, se tornaram obrigatórios pelo Estatuto das Cidades (2001) para os municípios: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesses turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativa impacto ambiental na região ou no país.

Sua relevância é reforçada no contexto de reformas administrativas devido a alguns fatores tais como a redução de servidores públicos nos governos locais, bem como de recursos

financeiros para a elaboração e implementação dos Planos, exige mais competência de gestão por parte das administrações públicas e maior efetividade de suas ações; a participação obrigatória da comunidade não apenas amplia os agentes envolvidos, como também os temas de interesse incorporados ao Plano; a redução das capacidades de obter recursos dos governos federal e estadual fez ampliarem as demandas por investimentos da iniciativa privada, o que faz as cidades competirem por recursos do mercado, tendo, para isso, de se planejar estrategicamente.

Como instrumento de planejamento da administração pública municipal, o Plano Diretor Municipal visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas (REZENDE e ULTRAMARI, 2007). Neste estudo focaremos a papel do Plano Diretor Municipal elaborado em uma área de especial interesse turístico, a fim de identificar de que forma ele vem cumprindo seus objetivos e como tem sido percebido pela população.

Espaço urbano como escala de atuação

Soja (1998) considera que é necessário esclarecer a distinção entre espaço por si – ou o espaço como um dado contextual – e a *espacialidade* como elemento de base social – ou o espaço construído a partir da organização e da produção sociais. Como característica do espaço socialmente produzido, a *espacialidade* pode ser distinguida do: a) espaço físico da natureza imaterial e b) do espaço mental da cognição e da representação, pois cada um dos quais é usado e incorporado na construção social da espacialidade, mas não pode ser conceituado como seu equivalente. Essa possibilidade de conceituação e investigação independentes, entretanto, não produz uma autonomia inquestionável ou uma separação rígida entre esses três espaços (físico, mental e social), pois eles se inter-relacionam e se sobrepõem.

E não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social da *espacialidade*, como também são significativamente transformados nesse processo. Essa incorporação-transformação social estabelece limites importantes para as teorizações independentes do espaço físico e mental, especialmente no tocante a sua aplicabilidade potencial à análise e à interpretação sociais concretas.

Mas esse espaço físico foi uma base epistemológica ilusória para se analisar o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais (CASTELLS, 1980).

Seguindo uma linha semelhante, Lefebvre (1991) estabelece uma distinção entre a natureza como um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de a “segunda natureza”, a *espacialidade* transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho deliberado. Tem-se então aberta a possibilidade de uma complexa dialética sócio-espacial: que as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-relacionadas e interdependentes, onde as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço.

É evidente que o espaço, como qualquer dos elementos materiais sobre ou a partir dos quais se exercem atividades humanas, adota uma forma particular, em consonância com a forma do complexo técnico-social que o comporta e circunscreve. Deve, pois, mostrar-se a articulação

entre o espaço e os demais elementos materiais da organização social. Mais concretamente, por exemplo: a formação de regiões metropolitanas nas sociedades industriais não é um 'reflexo' da 'sociedade de massa', mas a expressão espacial, no nível das formas sociais, do processo de centralização da gestão e descentralização da execução, tanto do ponto de vista da produção como do consumo (CASTELLS, 1979).

Assim, Castells (1979) considera que em qualquer dos casos, porém, parece claro que não há um objeto teórico particular, mas uma teoria geral da estrutura social. Este esquema não explica apenas a cidade ou a relação espacial, mas abarca a totalidade do corpo social, principalmente quanto aos seus elementos estruturais e à sua tendência para a mudança. Para este autor, a transformação de uma unidade espacial é determinada pelas variações nos elementos do sistema urbano e nas relações que eles mantêm entre si. Os elementos urbanos são:

- P(produção): dimensão espacial do conjunto de atividades produtoras de bens, serviços e informações (por ex.: a indústria, os escritórios, os mass media).
- C(consumo): dimensão espacial das atividades que têm por objeto a apropriação social, individual e coletiva do produto (por ex.: a habitação, os equipamentos coletivos, culturais e recreativos, etc.).
- I(intercâmbio): dimensão espacial dos intercâmbios que têm lugar quer entre P e C, quer no seio de P ou de C (por ex.: a circulação, o comércio, etc.).
- G(gestão): processos de regulação das relações em P, C, e I (por ex.: organismos de planejamento urbano, instituições municipais, etc.).

Estes não são elementos simples, mas processos sociais, isto é, intervenções de agentes sociais sobre elementos materiais. A combinação entre eles não é arbitrária, mas expressa as leis estruturais da formação social em que a unidade urbana está incluída.

Nas sociedades industriais, a evolução técnica e social aumenta progressivamente a importância do elemento G (as intervenções políticas) relativamente à importância do resto dos elementos do sistema. Isto não quer dizer que a sociedade seja mais 'voluntária', mas simplesmente que a instância dominante se desloca para a política à medida que o estado se transforma, não apenas no centro mas também no motor de uma formação social cuja complexidade exige uma centralização das decisões e a regulação constante dos processos.

Por conseguinte, uma sociologia da produção do espaço deverá girar cada vez mais em torno do eixo daquilo a que chamamos hoje planejamento urbano. Mas sem deixar nunca, por mais importante que seja a intervenção de G, de discernir, delimitar e ter em conta os outros elementos do sistema e as suas inter-relações.

A figura do planejador, que até pouco tempo era, ao menos explicitamente, a do regulador da ação da iniciativa privada deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando agora um novo papel: o de promotor de crescimento. Termos como "orientação para a demanda", "atrativos da oferta urbana", "posicionamento competitivo", "ações de marketing", "produção de imagem" e "planejamento estratégico", que até a pouco tempo eram restritos ao âmbito empresarial, hoje são recorrentes no discurso dos administradores locais.

A rapidez na incorporação destes termos revela uma obediência dos lugares a uma nova ordem, uma necessidade imperativa para continuarem presentes no mundo. A doutrina que acompanha o planejamento estratégico, planejamento que combina crescimento econômico e desenvolvimento urbano, impõe-se como “possibilidade de dar resposta aos novos acontecimentos do mundo”, anunciando prosperidade e visibilidade para as urbes que se integrem mediante esta via ou atemorizando os governos locais pela possibilidade de sucumbirem diante das mudanças.

Ao serem apresentados como instrumentos capazes de obter consenso político para a execução de grandes projetos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, os planos estratégicos, são também verdadeiras fábricas de imagem, pois, mediante a necessidade de construir ou modificar as “imagens de marca” da cidade para projetá-la no exterior, se utilizam do marketing para promover seus principais “produtos”, como o turismo, cultura ou serviços de ponta.

A produção de imagens tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias econômicas e urbanas, orientadas, sobretudo, para a internacionalização da cidade, mas também voltadas para a obtenção de notáveis efeitos internos particularmente no que se refere à construção de uma ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade.

O marco em que podem ser situadas as novas políticas promocionais de imagem das cidades é o da valorização da dimensão local no contexto da globalização econômica. A mobilidade produtiva e financeira permite uma maior liberdade de localização, o que aumenta a importância das diferenças e atrativos locais. É por este marco que os agentes da cidade vêm tomando consciência da permanente competição com outras localidades por novos capitais, aquilo que passou a ser caracterizado como uma verdadeira “guerra dos lugares”.

Neste sentido, é preciso desvendar as relações entre as novas políticas e a reestruturação socioespacial que emerge dos novos padrões de produção e circulação do capital, e buscar compreender o novo espaço que vem se configurando com a “destruição criativa” (HARVEY, 1994) do espaço pretérito.

Para Duncan (1994), os fenômenos urbanos surgem das relações recíprocas entre quatro elementos básicos: população, meio físico, organização social e tecnologia. O esquema pode complicar-se, quer acrescentando novos elementos, como por exemplo, o ‘elemento psicossociológico’, ou a ‘cultura’, quer considerando como assento o predomínio de um elemento determinado, como a tecnologia, que viria assim a desempenhar o papel de motor do sistema.

De especial interesse para este trabalho é o elemento sociopsicológico, pois o espaço está carregado de sentido. Suas formas e seu traçado se remetem e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais põe em cheque a análise concreta (CASTELLS, 1979). Com efeito, não existe imagem que não seja vinculada a uma prática social. Não somente porque se produz socialmente, mas porque não pode existir a não ser nas relações sociais, do mesmo modo que, definitivamente, não há língua sem palavra. É neste sentido que Castells (1979), pondera que a concepção de Raymond Ledrut sobre o estudo da cidade se pauta em sua imagem, para ele, formada a partir das práticas sociais, particularmente, partindo das representações que os cidadãos fazem de sua cidade.

Da mesma forma que há uma eficiência própria do econômico ou do político-institucional através de sua modulação espacial e seu lugar nas 'unidades urbanas', há também certa especificidade da instância ideológica no espaço urbano. Esta especificidade ideológica se manifesta, principalmente, de suas maneiras (CASTELLS, 1979): pela componente ideológica que através da história se manifesta em todo elemento da estrutura urbana; e pela expressão, através das formas e dos ritmos de uma estrutura urbana, das práticas sociais. Deste modo, as formas espaciais são formas culturais.

Nesse sentido, a partir da conjuntura de emancipação do município em estudo, que fornecerá legitimidade institucional para o poder público municipal nascente; bem como de um conjunto de práticas socioeconômicas em processo de desenvolvimento, possibilitadas pela atividade turística, é que se pretende estudar aqui, como a instância do poder público influi no ordenamento das formas sócio-espaciais em face das práticas sociais que nele estão sendo estabelecidas, possibilitando a (re)leitura do espaço e de suas ideologias.

Procedimentos metodológicos

O delineamento desta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso (YIN, 2001) do tipo quali-quantitativo, em função da natureza do problema de pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Alencar (2009), informações de natureza qualitativa podem ser apresentadas separadas ou em combinação com dados quantitativos. A possibilidade de combinação não nos exime de ressaltar que cada um dos métodos tem suas particularidades. Para Silva (1998), o método qualitativo é importante para responder a questões muito específicas e descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudo. Por outro lado, os métodos quantitativos requerem procedimentos padronizados, de tal forma que as diferentes perspectivas e experiências têm de se enquadrar em um número limitado de respostas preestabelecidas (ALENCAR, 2009).

Para a realização deste estudo foram coletados dados primários e secundários. Enquanto que estes foram obtidos por meio da consulta de documentos sobre a organização do espaço municipal em órgãos públicos da cidade; os dados primários foram coletados por meio de questionário misto com 30 residentes do núcleo urbano da cidade, cujo propósito central foi apreender a percepção dos entrevistados sobre as mudanças socioespaciais do núcleo urbano através de questões estruturadas e semi-estruturadas. Alencar (2009) esclarece que o questionário misto contém questões estruturadas (fechadas) e semi-estruturadas (abertas). As questões fechadas estiveram relacionadas com a percepção por parte dos entrevistados das alterações sócio-espaciais no ordenamento territorial do centro urbano, já as questões abertas preocuparam-se em apreender as razões, motivos ou experiências relativas àquelas percepções, com o propósito de possibilitar ao entrevistador apreender os processos, acontecimentos e relações sociais a partir da perspectiva dos agentes envolvidos. As questões semi-estruturadas foram utilizadas de maneira complementar, para melhor compreensão do pesquisador de seu objeto de estudo, por isso, as respostas à tais questões não serão transcritas para a análise empreendida neste trabalho, pois tiveram o propósito apenas de facilitar a compreensão do entrevistador acerca do fenômeno em estudo.

As entrevistas foram realizadas de modo a permitir avaliar qual é a percepção da comunidade local sobre os espaços incorporados pela atividade turística em Catas Altas pré e pós-emancipação, ocorrida em 1996, bem como sua percepção sobre possíveis mudanças nas relações socioculturais diante do novo uso desses espaços.

Para o tratamento dos dados buscou-se confrontar as informações obtidas com a literatura exposta na revisão da literatura. De modo a orientar a análise a ser empreendida, foi elaborada uma grade de categorias fechada, que orientou a elaboração das questões (*“Percebe alteração no número de moradores? Sim, Não. Se sim, a que se deve? Percebe alteração no valor da terra no núcleo urbano? Sim, Não. Se sim, a que se deve?”* e outras):

1. densidade habitacional: o aumento do número de habitantes é um fator indicador de alteração das relações sociais preexistentes, gerador de novas relações;
2. distribuição espacial da comunidade: possível mudança dos habitantes das residências tradicionais para outras áreas; valor da terra: a valorização da terra acima do poder de compra dos habitantes pode ser um fator de exclusão socioespacial;
3. padrões econômicos e tipos de atividades: aumento da média de renda da população e possível concentração da renda, troca e/ou incorporação de atividades tradicionais por outras, como o turismo, podendo alterar o cotidiano da localidade;
4. infra-estrutura local e uso do solo (inclui opções recreacionais): melhoria e/ou diversificação da infra-estrutura, que pode ser de acesso livre ou restrita;
5. percepção da vida cotidiana: que alterações são percebidas na vida cotidiana em relação à religião, gastronomia, valores, padrões, hábitos, atividades e outras.

Desta forma, a aproximação da teoria estudada com a prática observada possibilitou alcançar condições para responder ao problema traçado na introdução desta pesquisa.

Plano diretor e reorganização espacial pela gestão pública de Catas Altas/MG

A origem do povoamento em Catas Altas ocorreu em 1702, quando Domingos Borges e Manuel Dias descobriram, na parte oriental da Serra do Caraça, minas auríferas, mais tarde denominadas de Catas Altas, devido à formação de ouro se encontrar a uma altura de dez a doze palmos. Por volta de 1712, época que coincide com o início da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, já se delineava o aglomerado urbano que se formava ao redor da mineração. Com o esgotamento das minas, Catas Altas tornou-se um arraial pouco populoso e decadente. Os habitantes que ali permaneceram se dedicaram ao cultivo de pequenas roças de subsistência.

No início do século XIX, o arraial contava com 200 casas enfileiradas em duas ruas. A mineração sobrevivente era feita nas lavras do Capitão-mor Inocêncio. O Capitão-mor recebeu, então, o conselho do naturalista francês Saint-Hilaire, por volta do ano 1816, de substituir a exploração do ouro pela do ferro, cujas reservas eram abundantes na região (SAADI, 2004). Atualmente, a extração do ferro é a principal atividade econômica da cidade. Em 1839, por ocasião da emancipação do município de Santa Bárbara, Catas Altas passou a pertencer à sua jurisdição até 1996, quando também se emancipou.

Desde 2001, quando foi determinada pelo Estatuto das Cidades a obrigatoriedade de elaboração de um Plano Diretor àqueles municípios com mais de 20 mil habitantes, de relevante interesse turístico ou sob influência de atividades de impacto ao meio ambiente, Catas Altas iniciou a confecção do Plano, por mais de uma dessas razões, como a presença de atividade mineradora, a relevância do acervo arquitetônico, tombado pela IPHAN, e a presença do Parque Natural Serra do Caraça em parte do município. Para a análise das diretrizes de ordenamento do território presentes no Plano Diretor de Catas Altas segue-se adiante.

O plano diretor, a ordenação do espaço urbano e o turismo em Catas Altas

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas (PDDMCA) é o instrumento de desenvolvimento municipal, sob os aspectos físico, econômico e social, que visa atender as aspirações da comunidade e orientar ações do Poder Público e da iniciativa privada. Alguns de seus objetivos estratégicos são (PDDMCA, 2002, p. 2):

- Consolidar Catas Altas como município histórico e ecológico;
- Atender as necessidades de saúde, educação, segurança, cultura e lazer dos munícipes;
- Preservar, manter, recuperar e revitalizar o patrimônio paisagístico e natural;
- Preservar, manter, recuperar e revitalizar o patrimônio histórico, artístico e cultural;
- Promover meios efetivos e eficazes de participação popular na gestão do Município;

De modo a melhor atender às especificidades de suas diferentes porções, o território municipal foi dividido em macrozonas¹, sendo a macrozona objeto de análise neste trabalho a Zona Urbana de Catas Altas. Esta, por sua vez, foi subdividida em outras cinco zonas (PDDMCA, 2002), dentre as quais se selecionou a zona ZAC para a análise a ser aqui empreendida, por ser justamente a área com maior possibilidade de conflitos espaciais e sócio-culturais do município, como segue:

- Zona de Adensamento Controlado – ZAC, área urbana ocupada e regiões contíguas que apresentam tendência de expansão, onde o adensamento deve ser controlados por incluírem conjuntos edificados de grande significado histórico e cultural, protegidos por tombamento, e se constituírem em molduras para esses conjuntos;
- Zona de Adensamento Preferencial – ZAP, que corresponde às áreas propícias à ocupação por não apresentarem interferência com os conjuntos tombados;
- Zona de Adensamento Restrito – ZAR, apresenta tendência de ocupação, porém desarticulada, onde a ocupação e o uso do solo deverão ser controlados;
- Zona de Usos Econômicos – ZUE, adequadas ao predomínio dos usos econômicos diversificados como comércio, serviços, indústrias de pequeno e médio porte não poluentes;
- Zona de Proteção Ambiental – ZPA, áreas não passíveis de ocupação, em uma faixa de 500m ao longo da Estrada de Ferro Vitória Minas – EFVM.

Para alcançar o desenvolvimento pretendido, o Plano descreve as políticas: urbana; do meio ambiente e saneamento básico; de infra-estrutura e serviços urbanos; sociais; e econômicas; que orientam as ações a serem empreendidas. Na tabela 1 seguem algumas das diretrizes gerais dessas políticas:

Quadro 1 - Políticas e diretrizes do Plano Diretor Municipal de Catas Altas/MG

Políticas	Diretrizes gerais			
Urbana	Permitir a participação cidadã na sua configuração.	Manter a diversidade e a dinâmica dos espaços urbanos;	Valorizar o patrimônio natural, histórico e cultural;	Estimular a ocupação e o uso do solo de acordo com as especificidades das diferentes porções do território municipal;

Meio Ambiente e Saneamento	Conscientização da população para a recuperação, conservação e utilização adequada dos recursos naturais;	Controle de impacto ambiental decorrente da urbanização, industrialização, mineração e outros usos;	Equilíbrio entre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e as condições de vida;	Promoção da universalização dos serviços de saneamento básico;
Infra-Estrutura e Serviços	Promover estudos visando uma iluminação pública especial nos perímetros de tombamento de Catas Altas;	Melhoria da acessibilidade da população aos locais de emprego, de serviços e de equipamentos comunitários;	Regulamentar o transporte intermunicipal e o de carga pelo centro histórico, objetivando sua proteção;	Implementar ações de segurança urbana, para o desfrute dos espaços públicos e privados, como eventos cívicos, esportivos e culturais;
Sociais	Universalidade do atendimento;	Manutenção da qualidade e acessibilidade dos equipamentos;	Expansão da rede física, de acordo com o crescimento da demanda;	Promover iniciativas de cooperação com agentes sociais e organizacionais para a contínua melhoria da qualidade das políticas sociais.
Econômicas	Priorização de planos, programas e projetos que visem à geração e distribuição do trabalho e da renda;	Regulação e supervisão das atividades econômicas, de forma a evitar prejuízos à qualidade de vida, ao ordenamento urbano e à integridade da infra-estrutura urbana;	Implementação de uma política de turismo ecológico e cultural;	Definição de programas para o desenvolvimento local sustentável, observando as potencialidades locais e as tendências do desenvolvimento econômico regional;

Fonte – Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas (2002).

Pelos objetivos e diretrizes apresentados no Plano, pôde-se perceber que as expectativas de desenvolvimento municipal estão fortemente vinculadas à atividade turística, atividade que se apresenta ela própria como uma das diretrizes apontadas para o desenvolvimento municipal. Sua consolidação está associada à manutenção e revitalização do patrimônio natural e cultural, ações frequentemente reforçadas no Plano, capazes de consolidar o município como destino histórico e ecológico. Tratadas no âmbito da política de desenvolvimento econômico, as ações de promoção da atividade turística visam (PDDMCA, 2002, grifos nossos):

- Desenvolver o Programa de Desenvolvimento Turístico para a **promoção da atividade turística** do Município, **explorando o potencial oferecido pelo seu patrimônio natural e cultural**, associando-se ao **comércio e serviços como atividades complementares de apoio**, em especial a hospedagem, a alimentação, o mercado de conveniência, o artesanato;
- Buscar a integração com os demais municípios da região, para a elaboração de um programa coordenado de inclusão nos circuitos regionais do Estado;
- Capacitar a população para o exercício amplo do turismo como uma atividade econômica

de sustentação que requer uma qualificação especializada e um conhecimento e disposição especial da população para tratar, cativar e atrair os turistas no interesse maior de toda a coletividade;

- Regular e supervisionar a atividade do turismo, **protegendo os sistemas naturais e edificados, cuidando da imagem e da identidade da população e de seu patrimônio cultural** em prol do desenvolvimento sustentável da cidade;
- Buscar a integração dos fluxos turísticos do Caraça com os atrativos oferecidos pelo Município, nos aspectos históricos e ecológicos, através de divulgação, sinalização, recuperação e **revitalização do seu acervo histórico e do seu patrimônio natural**, que inclui a Serra do Caraça, monumento natural tombado e principal marco referencial do Município, as trilhas e roteiros ecológicos e o Poço de Água Quente, no Morro d'Água Quente;
- Implantar o Centro de Informação ao Turista, unidade de informação e exposição permanente que reúna produtos típicos e forneça apoio à promoção do turismo no Município.

Como se vê, a promoção da atividade turística no município baseia-se na exploração do patrimônio natural e cultural e no apoio a atividades de comércio e serviços como hospedagem, alimentação e lazer. Tal exploração, contudo, é submetida à regulação e supervisão, de modo a proteger o patrimônio natural e edificado, a imagem do destino e a identidade da população e dos bens culturais. Para isso, o Plano prevê a revitalização do acervo histórico e do patrimônio cultural.

Aspectos demográficos

A emancipação política da cidade de Catas Altas ocorrida em 1996 parece ter tido pouca influência sobre o contingente populacional, pois se antes da emancipação, em 1991, na época o então distrito de Santa Bárbara possuía 4.148 habitantes; em 2000 esse número tinha se elevado a 4.241 habitantes, o que reflete uma taxa de crescimento de 1,02% no período, mantendo sua participação na população estadual em índices muito próximos entre 1991 e 2007, podendo ser considerada praticamente estável ao longo da década de 1990 até 2007.

Tabela 1 – População Residente em Catas Altas e no Estado de Minas Gerais-1991/2001/2007

Ano	População		Participação (%) 2/1
	MG (1)	Catas Altas (2)	
1991	15.743.152	4.148	0,026
2000	17.891.494	4.241	0,023
2007	19.273.506	4.561	0,023

Fonte – IBGE – Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2007; Fundação João Pinheiro – FJP.

Vale dizer, crescimento da população urbana ligeiramente superior ao decréscimo na população rural, cuja resultante final foi o pequeno aumento da população total do município, proporcionalmente inferior ao incremento da população do Estado.

O processo migratório registrado em Catas Altas afetou, de 1991 a 2000, essencialmente, a população rural, visto que a população urbana apresentou desempenho positivo, com a taxa de urbanização passando de 60,2% para 70,0% em 1991 e 2000, respectivamente (Tabela 2).

Tabela 2 – População Urbana e Rural Catas Altas 1991/2001

Ano	População			Taxa de urbanização
	Rural	Urbana	Total	%
1991	1.652	2.496	4.148	60,2
2000	1.271	2.970	4.241	70,0

Fonte – IBGE – Censo Demográfico de 1991 e 2000; Fundação João Pinheiro – FJP.

100% dos entrevistados afirmaram notar o aumento da população no núcleo urbano e, quando questionados sobre a participação do turismo em tal aumento, 83,3% reconhece a participação do Turismo neste aumento, tanto pela chegada de novos empresários do setor, quanto por visitantes que resolvem comprar uma casa de campo no município, ou mesmo morar definitivamente. Porém, nenhum entrevistado considerou este aumento populacional promovido pelo Turismo como algo problemático ou negativo, para 44% entrevistados é indiferente e para 54% é até positivo, seja pela possibilidade de geração de empregos, seja pela simples razão de receberem novos moradores no município. Tal posicionamento dos entrevistados talvez se deva ao reduzido aumento populacional total e àquele ocasionado pela atividade turística, pois, de um modo geral, a população do município manteve-se estável no período analisado.

Distribuição espacial da comunidade

Esse tema suscita a discussão do **valor da terra**, como elemento condicionante da distribuição espacial da comunidade. 100% dos entrevistados afirmam perceber uma forte valorização das casas e lotes no núcleo urbano de Catas Altas. Uma primeira justificativa para essa valorização é a própria emancipação, o fato de deixar de ser distrito e tornar município já aumenta o *status* da cidade que passa a ser mais valorizada. Os moradores também consideram que essa valorização está ligada em certa medida ao desenvolvimento da atividade turística, associada pelos entrevistados à conservação do patrimônio histórico, que vem sendo restaurado e por isso tem gerado uma valorização dos bens e de seu entorno.

Porém, apesar deste reconhecimento, ambigualmente nenhum dos entrevistados percebe mudança de habitantes de suas residências tradicionais para outras. 16% dos entrevistados referem-se às mudanças de residências em casos de moradores que pagavam aluguel e terminaram a construção da casa própria, por isso se mudaram para a nova residência. Mas nada foi mencionado em relação à supervalorização de terrenos em certas regiões da área urbana e, para ganharem algum dinheiro, os moradores dessas áreas estariam vendendo suas casas ou lotes e se mudando para regiões menos valorizadas da cidade.

Padrões econômicos e tipos de atividades

A economia de Catas Altas sempre se vinculou, com maior ou menor intensidade, à exploração mineral de Minas Gerais. Na sua fundação no século XVIII, em decorrência do ciclo do ouro e pedras preciosas que caracterizavam a economia colonial da província mineira naquela época. Exaurido o ciclo da mineração na economia de Minas Gerais, Catas Altas voltou-se para as atividades agropecuárias que, com o decorrer dos tempos, entraram em processo de estagnação, permanecendo a economia local vinculada à pecuária extensiva e exploração de culturas tradicionais, cujos excedentes exportáveis eram mínimos.

Após quase dois séculos de estagnação, no início de 1950 a economia do atual município de Catas Altas se vincula ao processo de industrialização de Minas Gerais como fornecedora de

matéria-prima (minério de ferro) para as indústrias siderúrgicas da região, dentro do modelo brasileiro de industrialização baseado na substituição de importações.

Esse novo período da economia municipal completou-se com a expansão das atividades de reflorestamento (eucaliptocultura) e com o recente crescimento das atividades turísticas associadas à preservação e conservação de seu patrimônio natural, histórico e cultural. Atualmente a base produtiva de Catas Altas é centrada nas atividades industriais e terciárias, cabendo ao setor agropecuário participação bastante reduzida do PIB municipal, como se vê na tabela abaixo. Vale notar o forte crescimento do setor industrial a partir de 2005, que no mesmo ano ultrapassa o setor terciário em participação no PIB. Mas não só o setor industrial cresceu, as atividades de comércio e serviços tiveram um crescimento de 294,11% de 1999 a 2007, superando o crescimento do Estado em quase 25% no mesmo período (269,35%).

Tabela 3 – Composição do PIB Municipal - Catas Altas – 1999/2007 (R\$mil)

Setor	PIB 1999		PIB 2005		PIB 2007	
		%		%		%
Agropecuário	467	4,2	1.728	4,9	2.154	4,11
Industrial	3.508	32,01	16.801	49,51	27.663	52,88
Comércio/serviço	6.981	63,71	14.425	43,64	20.532	39,24
Total	10.956	100,0	34.634	100,00	52.311	100,00

Fonte – IBGE Fundação João Pinheiro; Centro de Estatísticas e Informações – CEI.

Registra-se que Catas Altas sofre intenso efeito polarizador de Santa Bárbara e, especialmente, de Belo Horizonte. A importância do terciário no produto local esteve fortemente relacionada à atuação de empresas prestadoras de serviços nas áreas de mineração e de reflorestamento, tendo o relacionamento do setor com o núcleo urbano crescido nos últimos anos.

Constata-se que a estrutura do sub-setor de comércio é centrada em pequenos estabelecimentos, em sua maioria de dimensão familiar, que comercializam gêneros alimentícios e armazinhos em geral. O sub-setor de serviços, onde também ocorre a predominância de estabelecimentos de pequeno porte e estrutura familiar, está voltado às necessidades básicas dos moradores e ao atendimento aos turistas.

74% dos entrevistados quando perguntados sobre a mudança ou incorporação de atividades tradicionais para o turismo se referem à ampliação da produção do vinho de jabuticaba como uma atividade complementar à renda familiar. Essa produção artesanal tradicional da comunidade que abastecia as próprias famílias produtoras agora passar a exceder o ambiente doméstico e é vendida aos visitantes. Essa é uma das razões apontadas pelos moradores para o aumento da renda advinda do turismo. Além disso, a produção de frutas, hortaliças, doces e queijos acompanham o aumento do número de moradores e visitantes e contribuem para o aumento da renda da comunidade.

Quando questionados se percebem algum aumento no nível de renda da população, 100% dos entrevistados afirmam perceberem tal aumento. E 100% também afirma que parte deste aumento de renda é proveniente da atividade turística. O que foi percebido é uma satisfação geral dos moradores com os níveis de renda atuais, nenhum dos entrevistados se queixou de falta de oportunidade de trabalho ou grande dificuldade financeira.

O que pode ser comprovado pela receita municipal líquida per capita no ano 2000, que expressa a disponibilidade de recursos financeiros por habitante e mede a capacidade da administração local de financiar as despesas decorrentes da prestação de serviços públicos à

comunidade local. Pode-se afirmar que Catas Altas se encontra em situação bastante privilegiada, haja vista apresentar o índice de receita por habitante, superior ao de Belo Horizonte e de importantes centros industriais como Betim e Contagem.

Tabela 4 – Receita Municipal Per Capita - Catas Altas - 2000/2008

Município	Receita per capita (R\$1) 2000	Receita per capita (R\$1) 2008
Catas Altas	890	3154
Betim	730	2074
Belo Horizonte	599	1935
Contagem	413	1238

Fonte – Fundação João Pinheiro – FJP; Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos.

Infra-estrutura geral e turística e ocupação e uso do solo

Algumas das infra-estruturas preexistentes à emancipação sofreram mudanças. Outras foram implantadas a partir de 1997. Em muitos casos foram obras de restauração de prédios e praças, já que a praça principal da cidade, a praça Monsenhor Mendes, é tombada pelo IEPHA e o perímetro urbano da sede municipal é tombado pelo IPHAN.

De toda a infra-estrutura turística pesquisada, dentre hotéis e restaurantes, somente o restaurante Casa de Taipa foi aberto anteriormente à emancipação do município, o que confirma a tendência de desenvolvimento da atividade turística adotada após a emancipação. Nenhum dos 13 (treze) terrenos onde hoje estão instaladas estas infra-estruturas turísticas eram antes de uso residencial, fato que demonstra não ter havido mudança de moradores de seus locais tradicionais de residência para outros, em função do turismo. Onde havia construções, estas já estavam desabitadas ou tinham outro uso.

Porém, apesar da mudança de uso desses terrenos em função do turismo, pôde-se perceber que a infra-estrutura não está concentrada em uma determinada área do centro urbano e encontra-se até bastante distribuída. Esta característica contribui para diluir o impacto das intervenções espaciais no centro urbano, além de amenizar o impacto também sobre a percepção da imagem da cidade pelos moradores. Somado a isto está o fato de que, alguns dos hotéis e restaurantes analisados se adaptaram às construções originais do entorno e mantiveram as suas características arquitetônicas, buscando inserir-se no contexto histórico da cidade.

O prédio onde hoje funciona a prefeitura, situado na praça Monsenhor Mendes, foi adquirido para tal uso após a emancipação e foi totalmente restaurado. Anexo a ele foi construído o prédio da Secretaria de Administração. Na mesma praça funcionam hoje também os prédios da Secretaria de Educação e a Casa do Professor, também restaurados. Muitas das ruas da cidade receberam iluminação pública. As praças da cidade receberam melhorias e encontram-se em bom estado de conservação. Outras foram construídas.

Obras de infra-estrutura de saneamento básico como a implantação do aterro controlado do lixo e reciclagem do lixo, canalização para captação de todo o esgoto do município e construção das estações de tratamento de água e de esgoto são também posteriores à emancipação.

Fora da área tombada pelo IPHAN, foi doado um terreno para construção de casas populares, em convênio com a COAB. Além deste, foram doados lotes para famílias de baixa renda e

construídas casas para famílias carentes. O Centro de Saúde foi ampliado, reformado, e equipado e, como foi percebido através das entrevistas, é considerado muito satisfatório pelos moradores da cidade.

Outras obras de restauração de bens tombados foram realizadas como o casarão verde, o casarão Dr. Moreira, fachadas de casas antigas, o telhado da Matriz Nossa Senhora da Conceição, peças artísticas (imagens, altares e vitrais) da Igreja N. Sra. Mãe dos Homens no Santuário do Caraça, da Igreja Matriz N. Sra. da Conceição, Capela do Rosário, Capela Santa Quitéria. Além das reformas das próprias capelas Santa Quitéria e Nossa Senhora do Rosário. A rua São Miguel foi toda revitalizada. Foi iniciada a reforma e ampliação do Centro de Atendimento ao Turista que funciona na praça Monsenhor Mendes e na entrada da cidade está sendo construído um Posto de Informações Turísticas.

Como pode ser percebido, essas alterações na infra-estrutura são mudanças que beneficiam a qualidade de vida dos moradores e por isso, como foi percebido durante as entrevistas, 100% dos moradores estão muito satisfeitos com as alterações urbanas que vêm acontecendo pós-emancipação, e sobretudo, não percebem que houve alterações nas relações socioespaciais, mesmo porque o caráter das alterações é preservacionista e consiste basicamente em revitalizar o ambiente de vivência dos moradores ao longo de sua história com seu espaço urbano tradicional.

Percepção da vida cotidiana

Em relação ao aumento do número de habitantes da cidade, 100% dos entrevistados não consideram que houve alteração nas suas interações sociais. Afirmam que os novos moradores foram atraídos para Catas Altas por motivos de trabalho, nas mineradoras e no reflorestamento, e que durante o dia estão nas áreas de trabalho e passam somente a noite no núcleo urbano, nos fins de semana muitos voltam às suas localidades de origem, e por estas razões passam quase desapercibidos pelos moradores da cidade, que se recolhem à noite.

O outro motivo de atração populacional são os novos empreendedores do turismo e os visitantes que compraram casas de fins-de-semana ou se mudaram definitivamente para a cidade. Em nenhum momento das entrevistas foi percebido que os moradores se sentem incomodados com a presença desses novos moradores, em alguns casos a impressão foi de que eles até gostam e se sentem valorizados por morarem numa cidade onde os visitantes gostariam de morar. Como mencionado, o aumento populacional de 1991 a 2000 foi bastante reduzido, o que ainda pode ser a causa do baixo impacto sobre a percepção dos residentes.

100% dos entrevistados afirmam que a cidade passou a receber mais turistas após a emancipação e percebem que é uma política adotada pelo governo municipal. Em nenhum momento foi mencionada alguma reprovação a tal política e alguns buscam tirar proveito dessa tendência para aumentar a renda familiar. Neste sentido, a iniciativa pública e privada (principalmente através de medidas de compensação das mineradoras), em parceria, vêm promovendo cursos, palestras, exposições e outros meios de promover e desenvolver práticas tradicionais, de modo a valorizar o conhecimento e a produção locais e torná-los fontes de renda e desenvolvimento para o município.

A respeito da percepção de alterações na vida cotidiana durante os finais de semana e feriados, período em que a cidade mais recebe turistas, 97% dos entrevistados afirmam que

essa movimentação extra de pessoas no município não afeta o ritmo e as atividades cotidianas e que somente os envolvidos com as atividades comerciais devem notar alguma diferença.

84% dos entrevistados afirma que a circulação extra de pessoas e veículos não interfere em suas vidas, nem negativa, nem positivamente. E que a segurança da cidade permanece a mesma ao longo de toda a semana, e não fazem referência a casos de roubo, violência ou baderna.

Quanto às atividades de lazer, 100% dos entrevistados afirmam que suas atividades de lazer em nada são afetadas pelos turistas, e para os moradores mais antigos que têm por opções de lazer as atividades religiosas e as praças, nas quais assistem a movimentação da cidade, ambas permanecem à disposição dos moradores nesses períodos e no caso das praças até mais interessantes.

Mesmo durante as grandes festas, a percepção geral sobre a vida cotidiana não sofre grandes alterações. 50% dos entrevistados afirmam que a circulação de pessoas e veículos no centro urbano fica comprometida, mas acham natural, já que a cidade está cheia de visitantes. Mas ainda ressaltam que o impedimento do trânsito de veículos em torno da praça Monsenhor Mendes facilita o trânsito de pessoas, acham a medida positiva. A atividade comercial é o item sobre o qual são percebidas mais alterações no período, já que o aumento do número de pessoas movimenta a atividade comercial, assim, uma avaliação positiva.

A respeito da segurança, 68% dos entrevistados afirmam perceber um incremento no policiamento em função da necessidade de garantir a natureza passiva da cidade. Já a limpeza, para 47% dos entrevistados fica prejudicada durante as grandes festas, mas não se referem ao fato como um problema trazido pelo turismo, mas como uma consequência natural da festa e que no dia seguinte voltará à normalidade. Durante o período as opções de lazer são maiores e 100% dos entrevistados afirmam gostar de participar das festas. Mesmo nesse período, os moradores não percebem alterações nas atividades religiosas cotidianas e as missas e encontros continuam a acontecer e ser frequentados normalmente.

Considerações finais

Resgatando o objetivo desta pesquisa – de analisar a influência da gestão pública, especificamente por meio da elaboração do Plano Diretor Municipal, na reorganização do espaço urbano e das atividades socioeconômicas em âmbito municipal, a partir da percepção dos residentes de uma localidade turística – pode-se perceber, através das viagens de campo e das entrevistas realizadas, que a comunidade de Catas Altas ainda vive em um ritmo próprio das cidades pré-industriais, com núcleo urbano reduzido e concentrado, as ruas estreitas, as pessoas que ainda andam à pé, a praça da igreja que representa a zona mais ativa da cidade, e a forte religiosidade típica da sociedade barroca colonial mineira.

Os resultados mostraram que a regulamentação e redirecionamento das atividades socioeconômicas municipais, oportunizadas pelo Plano Diretor, especificamente no tocante ao turismo, ainda não foram suficientes para colocar esta atividade como hegemônica. Talvez este fato se explique devido ao próprio estágio do ciclo de vida do destino turístico, o que requer futuros estudos. Mesmo assim, o turismo, como uma das atividades destacadas pelo Plano Diretor, já é percebido como expressivo por parte dos residentes, que o apoiam, pois vêem nele uma alternativa de complemento da renda familiar.

Pelo grande crescimento do setor terciário no município, percebe-se que a atividade turística vem ganhando espaço e levando recursos ao município. O objetivo estratégico de consolidar Catas Altas como destino histórico e ecológico, deste modo, de fato está sendo perseguido e vem sendo alcançado. Os outros objetivos estratégicos referentes ao ordenamento do território vinculado à atividade turística, como a preservação, manutenção, recuperação e revitalização do patrimônio paisagístico e natural, assim como do patrimônio histórico, artístico e cultural, de modo semelhante, vêm sendo perseguidos, haja vistas as iniciativas de melhoria, reforma e restauração do patrimônio na área da ZAC, bem como as ações de implantação ou ampliação da infra-estrutura de apoio ao turismo, como a construção e reforma de áreas de lazer ou convivência, ou turística, como o centro de visitantes.

Contudo, a indústria extrativista permanece ao longo da história do município, e ainda hoje, a principal atividade econômica do município. A atividade turística desponta-se como alternativa e vem ganhando expressão tanto sob a percepção dos residentes, quanto política de desenvolvimento municipal, como transformadora do espaço urbano de Catas Altas (no caso do município a transformação refere-se à revalorização do patrimônio histórico).

Notou-se que as diretrizes do Plano vêm sendo executadas. Quanto à política urbana, observou-se que os moradores não percebem alterações na diversidade ou na dinâmica do espaço urbano. Isso pôde ser constatado quando analisadas a localização da infra-estrutura turística, que não está concentrada em uma região específica do espaço urbano, e encontra-se diluída neste espaço. Além disso, a valorização do patrimônio recebeu grande atenção, como mencionadas anteriormente as restaurações de bens públicos principalmente na ZAC. Referente à política de meio ambiente e saneamento, percebe-se que as iniciativas de ordenamento do território enfatizaram os serviços de saneamento básico. No que tange à política de infra-estrutura e serviços, aprimorou-se a iluminação pública na ZAC e as ações de segurança pública no espaço urbano, mesmo em períodos de festas quando o número de pessoas na cidade aumenta consideravelmente, foram percebidas como suficientes pelos moradores. Com relação às políticas sociais, ações como a ampliação do posto de saúde e a construção de moradias populares orientaram o ordenamento do território nesse sentido, assim como a promoção de parcerias público-privadas, principalmente através de medidas de compensação da atividade mineradora, que vêm promovendo cursos, palestras, exposições que visam valorizar o conhecimento e a produção tradicionais. Finalmente, relativo às políticas econômicas, a adoção da atividade turística como alternativa de desenvolvimento, geradora de trabalho e renda para a população, está embasada nas potencialidades histórico-culturais e naturais do município como destino turístico.

Retomando a discussão teórica, já que a análise das formas sociais, o espaço por exemplo, exige os elementos concretos que compõem a sociedade, o núcleo urbano reduzido e concentrado é a expressão espacial, a nível de formas, do processo de centralização da gestão e execução do governo colonial, tanto da produção como do consumo. É importante notar que a cidade, nesta fase colonial, enquanto centro derivado da produção (a mineração) e não do consumo, é sistematicamente determinada pelos processos de dominação político-administrativa, assim como pelas funções adjacentes ao sistema vertical de distribuição do produto colônia/metrópole. Este cenário não permitiu o estabelecimento de laços horizontais por produtores e distribuidores intermediários. E, com a decadência da mineração e sem a presença de uma classe com autonomia suficiente para investir na produção manufatureira (burguesia), a economia de subsistência parece ter sido a única alternativa. Após 200 anos de estagnação econômica, a retomada da mineração, desta vez substituindo-se o ouro pelo ferro, fortaleceu a noção de desenvolvimento, por parte da comunidade, ligada à mineração.

Considerando-se o estudo do urbano como o estudo das leis de composição dos signos espaciais, justifica-se a mineração como signo cultural da comunidade de Catas Altas.

Catas Altas acompanha o aumento progressivo da importância dada ao elemento “gestão”, intervenções políticas, (CASTELLS; 1979) pelas sociedades industriais relativamente à importância dos outros elementos do sistema. Isto porque o Estado se transforma não apenas no centro, mas também no motor de uma formação social cuja complexidade exige uma centralização das decisões e a regulação constante dos processos.

A inserção de um novo elemento, o turismo, aos quatro apontados por Duncan (1994) – população, meio físico, organização social e tecnologia – e suas relações recíprocas para o surgimento dos fenômenos urbanos, pode alterar o esquema dessas relações. Ainda mais se considerando a possibilidade do predomínio de um elemento determinado, que viria a desempenhar o papel motor do sistema. O que foi percebido é que o turismo, apesar de se apresentar como um novo elemento ao fenômeno urbano de Catas Altas, ainda não exerce um predomínio nem mesmo uma influência considerável sobre os demais elementos.

Apesar de alguns dos moradores perceberem no turismo uma alternativa de complemento da renda familiar e se envolverem com a atividade, a maioria continua a ter a mineração como principal alternativa econômica. Por isso, a atividade turística se desenvolve lentamente e pode, assim, ser mais facilmente orientada pela administração municipal desde a emancipação. Neste sentido, o turismo ainda incipiente em Catas Altas funciona mais como um instrumento aliado à valorização do espaço urbano e menos como um intruso impactante tanto do espaço como das relações sociais a ele circunscritas. Vale ressaltar que, com o avanço do desenvolvimento do setor estimulado pela administração pública municipal, como verificado no Plano Diretor, convém atentar para a cuidadosa gestão da atividade e suas interseções econômico-sócio-culturais, para que tal simbiose não se reverta em conflito.

Referências

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARAUJO, M. M. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacionais. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Org.). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2002.

CALVENTE, M. D. C. O impacto do turismo sobre comunidades de Ilabela (SP). In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. 7. ed. Cerro de Agua, México: Siglo Veintiuno, 1980.

CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença, 1979.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FIGUEIREDO, S. L. Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998.

LIMA, F. P. **Análise de abrangência do plano diretor no âmbito turístico como instrumento básico para amenizar os impactos: ambiental, sócio-cultural e de ordenamento espacial nas zonas urbana e rural**. Belo Horizonte: [s.e.], 2005.

MARTÍN, A. Z. **El Espacio interior de la ciudad**. Madrid: Síntesis, 1991.

MENEZES, C. L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba**. Campinas: Papirus, 1996.

PETROCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PIRES, M. C. S. Cidade e cultura – recíprocas interferências e suas representações. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (Org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2002.

PDMMCA. **Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Catas Altas**. Anteprojeto de Lei. Catas Altas: PMCA, 2002. v. II.

SAADI, A.. Paisagem, história e imagem: um estudo sobre os principais componentes do turismo no município de Catas Altas do Mato Dentro/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, VIII, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2004.

SILVA, F. **Planejamento urbanístico municipal**. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

TOMAS, P. A. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar mediterraneo. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **Turismo: Impactos Socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRIVIÑOS, A. R. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks: Sage, 2001.

Notas

ⁱ Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caraça – RPPN Caraça; Área de Proteção Ambiental Sul – APA Sul; Zona de Proteção Ambiental do Entorno da APA Sul; Zona Produtiva Rural; Zonas Urbanas de Catas Altas e de Morro d'Água Quente (distrito de Catas Altas).

Mariana Pereira Chaves Pimentel

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2011). Endereço: Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, São Pedro, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-900. E-mail: marianachaves82@yahoo.com.br.

Thiago Duarte Pimentel

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professor Assistente da Universidade Federal de Juiz de Fora. Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário, São Pedro, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-900. E-mail: thiago.pimentel@ufjf.edu.br.